



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

YANE CIRLENE CORREIA DE LIMA

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA
GRANDE/PB**

CAMPINA GRANDE/PB

2017

YANE CIRLENE CORREIA DE LIMA

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA
GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho

CAMPINA GRANDE/PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732e Lima, Yane Cirlene Correia de.
Educação e serviço social [manuscrito] : um relato de experiência do estágio em uma escola da Rede municipal de ensino de Campina Grande/PB / Yane Cirlene Correia de Lima. - 2017.
52 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Cidadania.

21. ed. CDD 361.3

YANE CIRLENE CORREIA DE LIMA

EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO
ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
CAMPINA GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 19/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Lúcia Maria Patriota

Profa. Me. Lúcia Maria Patriota (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria de Fátima Melo Amorim

Assistente Social Esp. Maria de Fátima Melo Amorim (Examinadora)
E.M.E.F. Rivanildo Sandro Arcoverde

A quem dedico este trabalho, a não ser a Deus, autor supremo de toda Criação e Senhor de minha vida, socorro bem presente nas horas de tribulação e às assistentes sociais da minha família, que me inspiraram durante todo curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória, autor supremo da criação, que me permitiu entrar e sair dessa universidade, me dando saúde e coragem por cinco anos para está sempre presente nas atividades e me guardando nas idas e vindas.

À minha família, pai, mãe, irmãs, cunhadas, cunhadose sobrinhos que sempre torceram por mim.

Agradeço, também, ao meu esposo Ednaldo, sempre compreensivo e incentivador. À minha filha Ester, que ilumina meus dias e me incentivou nessa caminhada, mesmo sem saber.

A essa instituição de ensino superior e aos funcionários que, mesmo sem saber, contribuíram para minha formação acadêmica.

A todos os mestres e doutores, que compartilharam seus saberes comigo, sempre de forma harmônica e prazerosa por meia década.

À minha turma inesquecível, de convivência prazerosa, que me recebeu com muito carinho, sempre ajudando um ao outro por cinco anos.

À minha amiga Shirley Stella, que sempre me estimulou e a ela sou grata pela amizade e incentivos.

À professora Marília Tomaz de Oliveira pelos ensinamentos e paciência ao longo da supervisão de estágio, bem como à assistente social e supervisora de campo, Maria de Fátima Melo, uma profissional competéssima e comprometida com a defesa dos direitos dos cidadãos, que nos recebeu para o período de aprendizado prático e acrescentou muito meus conhecimentos, sempre compartilhando experiências e nos orientando.

À banca examinadora deste trabalho que, de forma cordial, aceitou o convite para avaliá-lo.

E, por fim, à minha orientadora, Professora Dra. Maria Noalda Ramalho, que me recebeu com muito carinho e competência, sempre prestativa e precisa nas orientações. Por quem tenho imensa admiração, pelo seu comprometimento com a Educação.

[...] Cidadania é a face
Bonita da liberdade,
É suposição que o homem
Convive em igualdade
Bem protegido por leis
Que lhe dão dignidade.

É fruto da educação
Que se faz a cada dia
Onde se cumpre deveres
Visando a harmonia,
Pois de fato é bem comum
Essa tal cidadania.

(Francisco Diniz cordelista paraibano)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência do nosso projeto de intervenção, “A Educação e o Serviço Social: uma parceria necessária à formação da cidadania na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rivanildo Sandro Arcoverde”, no município de Campina Grande – PB, desenvolvido no estágio obrigatório, no período de abril de 2016 a maio de 2017. A relevância do tema se fez a partir de questionamentos acerca da importância da educação para a sensibilização e o despertar das pessoas para a cidadania, e de como o assistente social pode contribuir para essa sensibilização. O presente trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, documental e relato de experiência, fazendo-se o seguinte percurso teórico, no primeiro momento faremos uma reflexão sobre a educação e a escolarização, mostrando a importância de ambas e revelando a correlação delas. Em seguida, foi estabelecido um resgate da história da política educacional no Brasil, analisando do período dos jesuítas à contemporaneidade, inclusive os ataques sofridos na atualidade, financeiros e ideológicos, como também foi feito um passeio pela política educacional do município, com alguns dados atuais. Por fim, discutimos sobre o serviço social e a importância de sua inserção na educação. A importância da inserção do assistente social na educação se faz pelo fato da competência e do arcabouço teórico que este profissional adquire na academia e que é capaz de desmistificar aquilo que está para além da aparência dos fatos do cotidiano da vida escolar e que interferem no bom desempenho escolar dos alunos. Concluindo, socializamos a experiência de estágio na rede municipal de ensino desta cidade, a qual nos possibilitou perceber que os alunos, pais e responsáveis não conseguem vislumbrar na educação um caminho de mobilidade social e de conhecimento de seus direitos sociais.

Palavras-Chave: Serviço Social. Educação. Cidadania.

RESUMEN

Este trabajo, tiene como objetivo presentar la experiencia de nuestro proyecto de intervención, “A Educação e o Serviço Social: uma parceria necessária à formação da cidadania na escola municipal de ensino fundamental Rivanildo Sandro Arcoverde”, en la ciudad de Campina Grande – PB, desarrollado en pasantía obligatoria, en el periodo de abril de 2016 hasta mayo de 2017. La relevancia del tema se hizo a partir de algunos cuestionamientos sobre la importancia de la educación para la sensibilización y despertar de las personas para la ciudadanía, y de cómo el asistente social puede contribuir para esa sensibilización. El presente trabajo fue elaborado a partir de una investigación bibliográfica, documental y relato de experiencia haciendo aporte teórico, en el primer momento haremos una reflexión sobre la educación y la escolarización, evidenciando la importancia de las dos y relevando la correlación de ellas. En seguida, fue establecido un rescate histórico de la política educacional en Brasil, analizando desde el periodo Jesuitas hasta la contemporaneidad, incluso los ataques sufridos en la actualidad, financieros e ideológicos, como también se hizo un paseo por la política educacional de la ciudad, con algunos datos actuales. Por fin, discutimos a respecto del servicio social y la importancia de su inserción en la educación. La importancia de la inserción del asistente social en la educación se hace por el hecho de la competencia y del aporte teórico que este profesional adquiere en la academia, y que consigue desmitificar lo que está para allá de las apariencias de los hechos cotidianos de la vida escolar y que interfieren en el buen desarrollo escolar de los alumnos. Socializamos la experiencia de pasantía en la red municipal de enseñanza de esta ciudad, en la cual nos permitió percibir que en los estudiantes, padres y responsables no consiguen mirar en la educación un camino de movilidad social y de conocimiento de sus derechos sociales.

Palabras – claves: Servicio Social. Educación. Ciudadanía.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO: DIMENSÕES COMPLEMENTARES.....	13
3. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS A CONTEMPORANEIDADE.....	16
3.1. ENFIM SÉCULO XX: A EDUCAÇÃO ESCOLAR SE INSTITUCIONALIZA.....	17
3.2 ENFRENTAMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR.....	20
3.3 DÉCADA DE 1980: PONTO DE PARTIDA PARA AS REGULAMENTAÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA EDUCAÇÃO.....	21
3.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI, ATÉ QUANDO IRÁ RESISTIR?.....	23
3.5 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB: UM BREVE HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO AOS DIAS ATUAIS.....	26
4. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....	29
4.1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	29
4.2 DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA RENOVAÇÃO DA PROFISSÃO E RUPTURA COM O CONSERVADORISMO.....	31
4.3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NOS DIAS ATUAIS: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB.....	33
4.3.1 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	34
4.3.2 A DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a nossa experiência de estágio obrigatório curricular, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rivanildo Sandro Arcoverde. Especificamente, socializamos a execução do nosso projeto de intervenção, denominado: “A educação e o serviço social: uma parceria necessária à formação da cidadania na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rivanildo Sandro Arcoverde”.

A referida escola municipal está localizada na Rua Senador João Cavalcante de Arruda, s/n, bairro Presidente Médici, zona urbana do município de Campina Grande-PB. Foi construída no ano de 1986 e funciona nos três turnos com o ensino infantil e fundamental I, nos turnos manhã e tarde, e com turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no turno da noite. A escola tem prédio próprio, sendo seis salas de aulas convencionais, duas salas de apoio (para o AEE-Atendimento Educacional Especializado- e para o Programa Novo Mais Educação), uma cozinha, três banheiros, uma sala de professores (que também é utilizada pela diretoria, assistente social, psicóloga e coordenadora pedagógica) e dividida com a secretaria.

A partir de tal experiência, o presente trabalho aborda a história da política educacional no contexto nacional e local, num histórico com avanços e retrocessos, e suas especificidades; como também discute o papel do serviço social na educação pública e a inserção do(a) assistente social na educação, com os desafios postos para a profissão na educação, sempre na defesa dos direitos dos alunos e da cidadania. Discutimos que o espaço escolar é um dos caminhos para vivenciar a cidadania, com o auxílio do profissional em serviço social e dos outros especialistas envolvidos no processo ensino-aprendizagem e no ambiente escolar, sendo o conhecimento dos direitos o primeiro passo a ser dado para o acesso e a cobrança dos mesmos.

A importância da reflexão sobre educação e serviço social se fez a partir dada defesa pela cidadania, tema tão discutido e pouco vivenciado, posto que esteja sendo alvo constante de ataques na atualidade pelo ideário neoliberal, com os desmontes nos direitos sociais tão duramente alcançados em nosso país.

O presente trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográfica, documental e nosso relato de experiência fazendo o seguinte percurso teórico, no

primeiro momento fizemos uma reflexão sobre a educação e a escolarização, mostrando a importância de ambas e revelando a correlação delas. Em seguida, foi realizado um resgate da história da política educacional no Brasil, analisando o período dos jesuítas à contemporaneidade, inclusive às afrontas sofridas na atualidade, como também foi feita uma breve caminhada pela política educacional do município de Campina Grande-PB, com alguns dados atuais. Diante disso discutimos sobre o Serviço Social e a importância de sua inserção na educação brasileira. Concluímos, socializando a nossa experiência de estágio na rede municipal de ensino desta cidade.

2. EDUCAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO: DIMENSÕES COMPLEMENTARES

O homem é um ser inacabado¹ e, portanto, sempre em busca da perfeição, em constante aprendizagem independente de raça, cor, sexo, religião e etnia. Desde os nossos ancestrais quando descobriram que podiam dominar algumas técnicas de agricultura, caça e pesca e através da linguagem, os homens passaram suas descobertas de geração em geração, nesse sentido estava caracterizado o ato de educar. Em concordância com Freire (1979):

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer essa autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (FREIRE, 1979, p. 27)

A educação é uma arte milenar, os homens praticam-na há anos ao se comunicarem e transmitirem suas experiências de vida, seus costumes e suas tradições. É um fenômeno que abrange o ser humano em sua totalidade, em sua ampla autonomia e nesse sentido não necessita de uma pessoa específica para a condução de conhecimento e nem tão pouco de um local apropriado e determinado, ou seja, somos capazes e estamos aptos a educar. Sendo assim: “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (BRANDÃO, 2007, p.9).

Em sociedades diversas a educação existe porque ela é atemporal, autônoma e universal, não necessariamente necessitando de um local determinado para acontecer e nem de tempo exato. “A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como vida” (BRANDÃO, 2007, p.10).

A educação promove a autonomia dos sujeitos ampliando os horizontes e favorecendo a emancipação humana, essa educação não é necessariamente transmitida por um profissional, mas por indivíduos que compartilham qualquer tipo de conhecimento. Ainda segundo Brandão (2007), a educação “se instala dentro de

¹ Ver Paulo Freire, Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder” (p.14).

E, portanto, a educação é eterna e não há um padrão para indivíduos educados, existem sujeitos sempre em busca dessa educação, existindo níveis de educação e não há uma soberania desta. Não está restrita ao meio acadêmico e não é institucionalizada, embora a escolarização seja parte integrante dela. De acordo com Martins (2014):

Educação é uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social, envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, a política, as organizações de cultura, entre elas, a “escola”, no sentido amplo que esse termo encerra. Educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos. (MARTINS, 2014, p.42)

Há um momento que surge a escola, as paredes, as cadeiras, o professor, os alunos, as regras, a sistematização, o detentor de “saber” e o desprovido do “saber”. De acordo com Brandão(2007):

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à *pedagogia* (à teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados (BRANDÃO, 2007, p. 26)

A escola é a institucionalização da educação, mas a educação não necessita de uma escola para ser apreendida. A escola como conhecemos é herança do Império Romano, na qual a criança era educada em casa e depois na comunidade. Corroborando com Brandão:

O *ensino elementar* das primeiras letras apareceu em Roma antes do IV século A.C. Um tipo de ensino que podemos identificar com o *secundário* surgiu na metade do século III A.C. e o ensino que hoje em dia chamaríamos de *superior*, universitário, apareceu pelo século I A.C. (BRANDÃO, 2007, p.51)

A escolarização é uma das formas de educar e não é, necessariamente, a única e é na escola que se adquire os saberes acadêmicos acumulados. Assim, Piana (2009) define a escola como:

o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve-se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete à escola o papel de contribuir para a disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. Nesse sentido, a participação dos diversos atores é um aspecto relevante para efetivação da democratização da escola e da gestão. (PIANA, 2009, p.76)

Nessa perspectiva, nem só a educação e nem tão pouco a escolarização, ambas precisam ser valorizadas e levadas em consideração na hora da formação dos indivíduos. Assim, necessitam caminhar juntas, entretanto são práticas diferentes, mas que se complementam. Não há escolarização sem educação, mas há educação sem escolarização. A escolarização é meramente um fragmento da arte de educar. No capítulo que segue, iremos dar sequência à reflexão, dando ênfase à trajetória percorrida pela política de educação no Brasil.

3. CAMINHOS PERCORRIDOS PELA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS A CONTEMPORANEIDADE

A história da educação no Brasil se inicia com a chegada dos jesuítas no nosso país com intenção, apenas, de doutrinar os nativos na religião cristã. Segundo Piana (2009, p. 58), “por dois séculos, eles foram quase exclusivos educadores do país”.

Intimamente ligada ao modelo agroexportador, à educação bastava, apenas, “civilizar” os índios para que fossem explorados no trabalho escravo e gerassem lucros à colônia, alcançando, assim, seus objetivos de exploração.

Dessa forma, fica óbvio que o único interesse da metrópole em relação à colônia era explorar e desfrutar das nossas riquezas sem ter nenhum compromisso com relação à economia interna, à educação, à saúde ou infraestrutura para nosso povo.

Com a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, por decorrência da invasão das tropas francesas em seu território, a família real passou a residir na colônia e os jesuítas foram expulsos, esses que eram os responsáveis pelo que foi denominado de educação nessa época. Diante desse fato, desponta a necessidade de criação de algumas unidades educativas; assim, de acordo com Piana (2009, p. 60) “surgiram os primeiros cursos superiores de direito, medicina, engenharia, mas não universidades” ;demonstrando, dessa maneira, uma educação elitista apenas para atender a demanda da coroa portuguesa.

Apenas em 1827 foi criada a escola primária nas cidades e vilas mais populosas, não de forma universal, mas de maneira seletiva e excludente, entretanto a responsabilidade para a escola primária foi repassada para as províncias.

O descaso e descompromisso com a educação e outros setores se estenderam até meados da década de 1920 do século XX. Segundo Piana (2009) nos primeiros anos da referida década de 1920 surgem novas preocupações, reflexões e movimentos em prol de uma política educacional inclusiva, universal, gratuita e de qualidade, é o que detalharemos no item a seguir.

3.1.ENFIM SÉCULO XX: A EDUCAÇÃO ESCOLAR SE INSTITUCIONALIZA

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passa de país agroexportador para industrial com o crescimento do café o desenvolvimento se deu apenas na região sudeste, o que favoreceu o aumento acentuado da população urbana e a exigência de mão de obra especializada para as fábricas implantadas no país. No que se refere à educação começa a exigência para que ela se torne uma política social², que seja universal e de qualidade. De acordo com Piana (2009) alguns dados são relevantes no século XX para política educacional no Brasil. Conforme:

a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE) pelos educadores, intelectuais, políticos e figuras de expressão da sociedade brasileira. No período de 1927 a 1929, foram realizadas três grandes Conferências Nacionais de Educação, ocorridas em Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo. Foi por meio das Conferências Nacionais de Educação que surgiu em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, contendo uma nova proposta pedagógica e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando a uma política educacional do Estado. (PIANA, 2009, p.63 - 64)

Na década de 1930 (Era Vargas) a educação escolar passa a se caracterizar como uma demanda social³. É nessa época que o país também passa por transformações no âmbito político (centralização do poder político causando enfraquecimento das oligarquias), econômico (desenvolvimento industrial) e social (fluxo migratório do campo para as cidades). No que diz respeito à economia, as relações de produção também obtiveram transformações e a crescente urbanização do país trouxe vários problemas de ordem estrutural, social e econômico e as várias expressões da questão social⁴ estavam em todos os setores da sociedade, gerando as demandas sociais mais diversas, inclusive da educação.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 teve uma relevância ímpar para as reformas que seriam incluídas na Constituição de 1934. Com a

² Política social significa o esforço planejado de reduzir as desigualdades sociais, quando entendida como proposta do Estado. (DEMO, 2009, p. 06)

³ As demandas sociais geradas pelas necessidades sociais, na sociedade capitalista, são necessidades referentes às classes fundamentais (capitalista e trabalhadora), logo são antagônicas e contraditórias. (BARBOSA, 2015, p. 38)

⁴ Questão social: apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2013, p.27)

promulgação dessa Constituição a exigência da sociedade (trabalhadores) e dos educadores brasileiros, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Francisco Campos, por uma educação pública e de qualidade se materializa, embora de forma precária, trazendo um capítulo (Capítulo II) dedicado a educação escolar, com destaque aos Artigos 148 e 149.

Art. 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934, *on-line*)

De maneira bem tímida a política de educação começa a ter aparência de política pública mediante a previsão de um Plano Nacional de Educação e a destinação de recursos para desenvolvimento do ensino, como também isentava de impostos instituições que ministravam o ensino de forma privada.

Entretanto na Constituição de 1937, conhecida como “**Polaca**” em alusão ao sistema semifascista polonês, a educação sofreu alguns retrocessos posto que o recurso para essa pasta não foi garantido. Nessa Carta Constitucional, houve a criação do ensino profissionalizante, sendo bem claro que era para as classes menos favorecidas, ou melhor, para os filhos dos operários. Essa Constituição era autoritária e centralizava o poder nas mãos do chefe do executivo. Sobre a educação na Constituição de 1937 é importante destacar:

Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino. Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. **O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos**

criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. Art 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. Art 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. (BRASIL, 1937, *on-line*) grifos nossos

Foi nesse ínterim que surgiram o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem em Indústria), pelo Decreto Lei nº 4048 de 22 de janeiro de 1942, com a função de administrar e organizar em todo país as escolas de aprendizagem industrial, e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), criado através do Decreto Lei nº 8621 de 10 de janeiro de 1946, que lhe incumbiu a tarefa de administrar e organizar as escolas de aprendizagem ao comércio, com o objetivo de formar contingente de mão de obra para a indústria e o comércio, a fim de reproduzir insumos para aumentar a produção do sistema econômico, sem nenhum compromisso ético com a educação pública e de qualidade.

Entre 1940 e 1950, mais precisamente em 1946, com a redemocratização que precedeu à Ditadura de Vargas, houve um avanço na política de educação com as discussões em torno da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que foi somente sancionada em 1961. Corroborando com Pinto (1986):

As discussões em torno da LDB serviram pelo menos para conscientizar o poder político sobre os problemas educacionais, uma vez que o debate em torno da educação fazia parte das plataformas políticas nas campanhas eleitorais neste período. [...] A lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu que o ensino no Brasil poderia ser ministrado tanto pelo setor público como pelo privado em todos os níveis, desaparecendo assim a obrigatoriedade do ensino gratuito a nível primário. (PINTO, 1986, p. 64)

Os avanços obtidos nas décadas de 1940 e 1950 em meio aos debates sobre a LDB ascendem nas décadas seguintes, no que se refere à educação básica e

superior, tanto com investimentos públicos como privados, esses últimos bem grandiosos.

3. 2 ENFRENTAMENTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR

Com o golpe que se iniciou em 01 de abril de 1964, finalizando o governo democraticamente eleito de João Goulart, houve não só mudanças no sistema político, mas no padrão econômico, sobretudo, com um modelo mais centralizador de rendas, e de internacionalização com predomínio da abertura de mercado para o exterior. Com a entrada do capital internacional para promover o modelo de desenvolvimento no país aumentou desmedidamente a dívida externa. No que se refere à política educacional contraditoriamente é imperativo destacar:

A educação como fator de desenvolvimento adotado pelo novo regime teve certa prioridade, notadamente nos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Garratazu Médici. Houve uma aceleração no ritmo de crescimento da demanda social da educação, em virtude da necessidade de adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico. Quanto ao ensino superior, dois pontos devem ser acuradamente observados: a formação profissional para o mercado de trabalho e a comercialização do ensino.(PINTO, 1986, p.68)

De fato, houve uma ampliação do ensino superior embora os investimentos privados fossem mais suntuosos devido a abertura de mercado, transformando a educação universitária num “grande negócio”⁵, o que não difere da educação básica que foi dominada e ocupada, também, pela iniciativa privada com destaque ao ensino profissionalizante voltado à classe operária e seus descendentes.

A ênfase no ensino superior no período ditatorial não foi por acaso, porque esse teve alinhamento com o desenvolvimento econômico proposto pelo regime militar, formando e qualificando a mão de obra a serviço do regime militar, descaracterizando o papel formador das universidades.

Nesse período foram promulgadas duas leis: Lei nº 5.540 de novembro de 1968 e Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, ambas com objetivos de reformas no ensino superior e na educação básica sucessivamente, muito embora de nenhuma valia para promover a educação pública universal e de qualidade, apenas adequando o sistema educacional ao padrão da economia. O sucateamento da

⁵ Ver José Paulo Netto, DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.

educação pública era gritante, o que abriu precedentes para uma alta escalada da privatização. (NETTO, 2011)

Nesse sentido, a educação, assim como outros âmbitos do cotidiano brasileiro, serviu como mecanismo para conservação da ordem política, social e econômica como mostra o Decreto nº 405(31 de dezembro de 1968) que estabelecia normas para as matrículas nas universidades e o Decreto nº 477 (26 de fevereiro de 1969) que suspendia ou desligava alunos, professores e funcionários considerados subversivos, esse último alinhado ao Ato Institucional nº5.⁶, o que confirma o poder do governo militar com repressão e perseguição aos educadores e educandos.

A política educacional no período da ditadura se manteve adversa até a redemocratização em meados de 1974 com no governo de Ernesto Geisel até as eleições indiretas de Tancredo Neves em 1985, avançando na Constituinte em 1988.

Esse período (correspondente aos anos de 1974 a 1985) foi marcado por intensas mobilizações da sociedade civil e uma intensa correlação de forças em busca de direitos que fossem garantidos na Constituição. E assim se materializou, a educação teve garantias através da Constituição de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e, mais adiante, na LDB de 1996, que apontava os direcionamentos e as diretrizes a serem seguidos pela educação.

3.3 DÉCADAS DE 1980: PONTO DE PARTIDA PARA AS REGULAMENTAÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA EDUCAÇÃO

Na Constituição de 1988 é importante destacar os vários artigos em que aparece a educação, a começar no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo II dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p.11)

Mais adiante, no Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo III - Da Educação, Cultura e do Desporto, a Seção I é direcionada a Educação, que reafirma que a educação é direito de todos, orienta em que princípios devem ser ministrados o ensino, afirma a autonomia das universidades, estabelece o dever do Estado com a

⁶ Ato Institucional nº5 AI 5 foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). É considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar.

educação, valida o ensino privado, prevê a colaboração da União, dos Estados e municípios para os sistemas de ensino, determina de quanto será o investimento da União, dos Estados e dos municípios para a educação, e estabelece o plano decenal da educação com o propósito de organizar o sistema nacional de educação estabelecendo metas, objetivos e estratégias. (BRASIL, 1988, p. 63 e 64)

A Constituição Cidadã, assim denominada pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte o deputado Ulysses Guimarães, proporcionou grandes avanços para a educação. Entretanto, mais um dispositivo fora elaborado, talvez o mais importante, para orientar e regulamentar a Educação Brasileira, a LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação) lei de nº 9394/96, que reafirma o direito do cidadão brasileiro à educação pública, regulamenta e organiza o sistema educacional público e privado, define os níveis da educação em básica e superior, e determina outras modalidades de ensino, como também aborda outras temáticas como recursos e profissionalização dos educadores. Contudo, há ainda outro dispositivo que traz garantias para a Educação, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) lei nº 8069/90, o qual em seu Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura ao Esporte e ao Lazer, confirma o direito da criança à educação e a obrigatoriedade do Estado em assegurar esse direito em seus Artigos 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 59.

Como vimos, a Constituição Federal de 1988, o ECA e a LDB trouxeram um enorme avanço para a educação, no que se refere ao acesso, à definição dos recursos, a gratuidade, a descentralização política, o que defini a responsabilidade de cada ente e a criação do plano decenal da educação, contribuindo para a formação e desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para cidadania, porém não foram suficientes para garantir uma **educação pública de qualidade**, que dos anos noventa até os dias atuais sofre vários enfrentamentos de caráter financeiro e ideológico.

Nos anos 1990 os governos de Fernando Collor pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), de 1990 a 1992, sofreu impedimento, assumindo Itamar Franco do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), de 1992 a 1995; ambos foram responsáveis por implantar no Brasil o ideário neoliberal de “estado mínimo”.

Finalizando a década de 1990, tivemos o governo de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por dois mandatos de

1995 a 2003, dando continuidade e consolidando no estado brasileiro o ideário neoliberal de “estado mínimo”, com privatizações principalmente na Educação.

Nos Governos do PT (Partido dos Trabalhadores), de 2003 a 2016, com os presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o que se esperava não aconteceu com as reformas de base e o rompimento com os desmandos dos organismos internacionais na nossa economia. Houve o que Lima (2004) denomina de “neoliberalismo requeentado” com continuidade no crescimento das instituições de ensino superior privadas com foco nas EADs (Educação à Distância), embora segundo dados do MEC (Ministério da Educação e Cultura) pontuem uma parcela de investimento público total destinado à educação que cresceu 7,6 pontos percentuais no período de 2000 a 2010.

Ao se considerar o percentual investido em educação em relação ao investimento público total, os países da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento) mantiveram praticamente o mesmo patamar, caindo de 12,6%, em 2000, para 12,3%, em 2010⁷. No próximo item veremos os embates e retrocessos da educação pública nos dias atuais, a exemplo das Propostas da Emenda Constitucional (PECs) e as Medidas Provisórias que vêm sendo aprovadas, dificultando a efetivação da educação pública e de qualidade como direito social.

3.4 EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI, ATÉ QUANDO IRÁ RESISTIR?

Recentemente a educação pública tem sofrido vários embates e retrocessos, o mais pontual foi à aprovação da PEC(nº55/2016), mais conhecida como a PEC da morte ou PEC do teto dos gastos. A mesma foi aprovada em dezembro de 2016 se transformando em Emenda Constitucional nº 95/2016, sendo uma propositura do então governo federal comandado pelo presidente Michel Temer. Entre outros absurdos, ela limita os investimentos em políticas públicas por vinte anos no que se refere à **Educação** e Saúde com o discurso de equilibrar as contas públicas.

No tocante à educação, a referida PEC começa a vigorar em 2018 e vai comprometer as propostas do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014 a 2024 (lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) conquanto que essas serão atingidas se não

⁷<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34128> acessado em 17 de dezembro de 2017

houver recursos para tanto. A princípio nas diretrizes, quando trata da valorização dos profissionais da educação no parágrafo 9º, já se encontra o primeiro entrave, como valorizar sem remuneração adequada e qualificação contínua, posto que os recursos serão congelados, segundo a referida Emenda, por vinte anos. Quanto à execução, monitoramento e avaliações, o Art. 5º, parágrafo 3º, articula o progressivo investimento público em educação e prevê se necessário, ser ampliado para alcance das metas. Porém, com a PEC do teto dos gastos não será possível essa ampliação e nem progressão de investimentos.

Sem um investimento público necessário e progressivo, as vinte metas do PNE também terão dificuldades de se realizarem, a exemplo da meta 3 que é elevar o número de matrículas do ensino médio em 85%, sendo que em dados do censo escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2016 essa taxa é de 68,8%. Portanto, sem fórmula mágica, apenas com investimentos é que será possível atingir essa e as outras metas do PNE.

Outra mudança proposta pelo atual governo está garantida na Medida Provisória do Novo Ensino Médio- MPV 746/2016, aprovada em 08 de fevereiro de 2017 que, entre outros apontamentos, aumenta a carga horária do ensino médio de 800 horas para 1400 horas. Diante disso, se questiona como ampliar a carga horária com escolas em tempo integral sem investimentos, já que estarão congelados por vinte anos, não havendo como aumentar sem expandir recursos para a educação.

Outro duro ataque à educação, e esse está no plano ideológico, é o Programa Escola Sem Partido, movimento criado no Brasil desde 2004 pelo advogado Miguel Nagib, que virou o Projeto de Lei nº 867/2015⁸, no qual consiste em cravar nas escolas os deveres dos professores, de forma a garantir que não haja nenhuma “doutrinação ideológica”, ou seja, vigiar e até punir os docentes que não cumprirem com as imposições desse projeto. Porém, não especifica que doutrinação eles estão falando. Como se não bastasse o ataque à educação no setor financeiro o Escola Sem Partido afronta duramente a educação, impedindo a autonomia do professor em sala de aula. No momento em que o Programa combate a “doutrinação”, isso já se manifesta como um doutrinamento. Curiosamente esse Programa é adotado em alguns Estados e municípios brasileiros nas escolas públicas, posto que esse seja o alvo: reprimir os professores de escolas públicas, porque se subtende que na escola

⁸Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> acesso em 05 de outubro de 2017

pública é o local de ensinar aos pobres, e essa classe precisa se manter subserviente ao sistema capitalista opressor, sem questionar qualquer tipo de injustiça ou de desigualdade. Em concordância com Frigotto(2017):

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, condena também a miséria educacional e cultural e as deixa reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam “deus” como mercadoria. (FRIGOTTO, 2017, p.20)

Diante disso, mantém-seo estado atual do contraste social, tão duramente sofrido pelos trabalhadores, posto que seja a classe que mais sofre na correlação de forças com os capitalistas, limitando, assim, qualquer experiência com a cidadania;pois é também na escola em que a experiência com as práticas cidadãs deve acontecer.

A educação pública e de qualidadecomo direito social é imprescindível para a formação de cidadãos cõscios de seus direitos em alinhamento com a cidadania.De acordo com Boff (2000):

[...] o processo histórico-social capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico plasmador de seu próprio destino. (BOFF, 2000, p.51)

As condições para que uma sociedade alcance sua autonomia e seja sujeito de sua própria história só é possível, também, através da educação pública, universal e de qualidade, que é um dos componentes mais importantes na vida do homem.

Conscientes de seus papéis na coletividade, os homens terão possibilidades de questionamentos, e é justamente esse temor que o sistema capitalista carrega, que os trabalhadores assumam seus lugares de protagonistas e cidadãos conhecedores dos seus direitos e do fenômeno que está nas relações de produção, conexões essas de exploração e de alienação, que torna cada vez mais abissal a desigualdade social no nosso Brasil. Portanto, a educação é tão duramente atacada pelo ideário neoliberal no sentido de diminuir sua qualidade progressivamente, abrindo mercados para a iniciativa privada e restando para os pobres uma educação indigna.

Dessa forma, diante dos diversos enfrentamentos que a educação, principalmente a pública, tem passado não restam dúvidas que estamos diante de um desmonte e de uma precarização total na intenção clara de privatizá-la de maneira avançada, de modo que só reste a sobra de uma educação para a classe trabalhadora sem nenhuma qualidade e livre de qualquer “doutrinação”.

Após essa reflexão, partiremos para a apresentação da política educacional no município de Campina Grande – PB.

3.5 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB: UM BREVE HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

O município de Campina Grande está situado na serra da Borborema no Estado da Paraíba. Foi fundado em 01 de Dezembro de 1697, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. De acordo com estimativas de 2016, sua população é de 407.754 habitantes. Campina Grande é um importante centro universitário, contando com dezessete universidades e faculdades, sendo três delas públicas. É também uma das cidades proporcionalmente com o maior número de doutores do Brasil, 01 para cada 590 habitantes, seis vezes a média nacional.

O destaque pelo número de doutores nos faz refletir sobre a política educacional no município, tendo como base uma história que começa ainda no século 19, por volta de 1822, ano em que foi criada a primeira sala de aula em Campina Grande, com um modelo de escola diferente do atual em que o professor se chamava mestre escola e ensinava todas as séries numa única sala. Essa situação precária se manteve durante todo século 19, período esse em que a educação era de responsabilidade do governo provincial, cenário que não se diferencia do nacional, posto que nesse mesmo período a educação nacional ainda caminhava a passos lentos.

Apenas nas primeiras décadas do século 20, mais precisamente no ano de 1924, é que foi inaugurado o primeiro grupo escolar de Campina Grande. É também no mesmo período em que a educação em nível nacional se encontrava na mesma situação, com criação das primeiras escolas públicas, e discussões pelo ensino público e de qualidade de forma incipiente. O grupo escolar se manteve como primeiro e único até os anos de 1937, quando foi inaugurado e começou a funcionar o Grupo Escolar Clementino Procópio.

Apenas em 1950, com a criação do Colégio Estadual da Prata, que se ofereceu o ensino secundário, hoje conhecido como ensino médio. Nesse lapso de tempo houve a criação de algumas unidades escolares privadas: em 1930 o Colégio Alfredo Dantas (CAD), que existe até hoje e dois ligados a ordens religiosas, Colégio Imaculada Conceição, mas conhecido por Colégio das Damas por conta de seu público que era apenas feminino, e que ainda encontra-se em atividade e o Colégio Pio XI, que atendia o público masculino e que não está mais ativo.

Atualmente a educação no município está amparada e regulamentada, além das normas nacionais, pelo Plano Municipal de Educação (PME) que foi instituído pela Lei nº 6.050/2015 e que terá vigência de dez anos em alinhamento com o PNE pela Lei nº 13.005/2014, com validade de dez anos. Outro dispositivo legal importante em Campina Grande é o PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal) - Lei Complementar nº 036/2008. Neste está presente a figura do assistente social na rede municipal de ensino.

A figura do assistente social na educação é amparada pelo Artigo 50 do PCCR, deste município, que defini sua atuação e orienta suas competências. Como consta no Caput do artigo 50, "**Ao Assistente Social Educacional** compete: atuar na dimensão sócio educacional, formulando e implementando propostas para o enfrentamento de possíveis problemáticas por meio de políticas sócio educativas pública de educação". Percebe-se, portanto, a importância desse profissional nas escolas para atuarem junto às famílias, alunos e escola, de maneira a garantir à permanência dos educandos no ambiente escolar, promovendo meios de enfrentamentos às várias problemáticas que aparecem no cotidiano desses alunos e familiares e que desmotivam estudantes e responsáveis no que concerne a permanência destes na escola.

Atualmente o município dispõe de duas universidades públicas, a UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) e a UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e um Instituto Técnico Federal (IFPB), além dessas instituições públicas conta, também, com 14 instituições privadas de ensino superior, 72 escolas de ensino médio, sendo 21 privadas; 596 de ensino fundamental, dessas 125 são privadas⁹. No que se refere ao número de escolas da rede municipal de ensino, na

⁹ SEMANÁRIO OFICIAL Nº 2.420, Campina Grande, 22 a 26 de junho de 2015.

zona urbana tem 87 unidades e na área rural 33. Dentre os profissionais dessa política na rede destacamos a presença de 31 assistentes sociais¹⁰.

¹⁰ SEDUC (Secretaria de Educação) do município de Campina Grande – PB, ofício nº11/SEDUC/DTP/2017

4. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

O lugar que o profissional em serviço social ocupa na sociedade brasileira é do lado da classe trabalhadora, posto que os trabalhadores ao vender sua força de trabalho ao empregador. Profissão reconhecida em Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, com Código de Ética instituído pelo CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) em 13 de março de 1993 e tem suas diretrizes curriculares orientadas pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Ainda possui seu Projeto Ético e Político construído entre os finais dos anos 1970 e início de 1980, de maneira coletiva, que orienta as ações dos profissionais em serviço social, sendo esse o resultado de um processo histórico de discussões e ruptura com o conservadorismo que traspassava o serviço social até meados da década de 1980. De acordo com Cardoso (2013):

todo projeto coletivo será sempre um projeto ético e político, o que envolve, como vimos antes, a escolha de valores (ético) e a construção de meios para atingir sua finalidade (político). Os projetos coletivos têm um nível maior de abrangência do que nossos projetos pessoais [...] Seus sujeitos coletivos podem ser movimentos sociais, de profissões, organizações sociais, grupos étnicos, geracionais, partidos políticos, entre outros. (CARDOSO, 2013, p.76)

Os princípios que foram escolhidos para a elaboração desse projeto servem para nortear os profissionais nos diversos espaços que ocupam, seja saúde, assistência ou educação. A liberdade é o valor essencial, com defesa aos direitos humanos e ao pluralismo na profissão e na sociedade. Quanto ao aspecto político a equidade e a justiça social são claramente defendidas, no que se refere a vertente profissional prima pelo aperfeiçoamento profissional contínuo (NETTO,1999). Entretanto, nem sempre foi assim, pois houve períodos em que os profissionais eram conduzidos pelo conservadorismo e isso refletia em suas ações.

4.1 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O serviço social surgiu no Brasil na década de 1930, e nesse período também teve sua incorporação na educação, num contexto de industrialização do país e exploração da classe trabalhadora. A população urbana crescia e com esse avanço evidenciava-se a falta de estrutura nas cidades para absorver essas pessoas. As condições de vida ou sobrevivência eram degradantes e o profissional em serviço social

servia para reprimir, fazer caridade ou adequar os trabalhadores às situações humilhantes e desfavoráveis. Trabalhava na divergência entre a classe trabalhadora e os empregadores em consonância com a Igreja Católica. A falta de políticas públicas era notável e provocava o acirramento das expressões da questão social. É nesse contexto que se dá a inserção do assistente social na educação, corroborando com Almeida (2007):

[...] a inserção do Assistente Social na área de educação não se constitui em um fenômeno recente, sua origem remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora. Durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista. (ALMEIDA, 2007, p.6)

A atuação do assistente social se dava junto à família-escola-comunidade no sentido de remediar as dificuldades dos educandos, como evasão, repetência, faltas, desmotivação entre outros sem questionar ou desmitificar os verdadeiros motivos que levavam a essa série de fatores que prejudicavam os estudantes. Na verdade, nesse período a educação começa timidamente a ter um cariz de política pública e a inserção do profissional de serviço social se dá justamente por essa peculiaridade, como política social os assistentes sociais estavam presentes, posto que o Estado fora e é o maior empregador desses profissionais. Entretanto, as ações dos assistentes sociais eram voltadas à manutenção da ordem e tinha caráter policiaresco, eles se colocavam ao lado do Estado e seus direcionamentos eram estritamente ligados à Igreja Católica, no sentido de manter a conciliação entre as classes sociais, trabalhadores e empregadores. Nesse período, a educação escolar foi oferecida aos trabalhadores empobrecidos e é nesse campo fértil das expressões da questão social que o assistente social na educação vislumbra as adversidades peculiares da educação, como, analfabetismo, repetência e evasão, porém sem uma visão crítica da realidade. (BARBOSA, 2015).

De acordo com Pinheiro (1985), alguns fatores eram responsáveis pelo nível de inferioridade da escolaridade:

A frequência irregular, a fadiga, a debilidade física do aluno, decorrentes da falta de compreensão dos pais quanto às vantagens da educação, e ainda a alimentação deficiente, as dificuldades financeiras criando toda sorte de embaraços. (PINHEIRO, 1985 Apud BARBOSA, 2015, p. 109)

Foi, portanto, dessa forma acrítica que o assistente social iniciou sua inserção na educação e nem poderia ser diferente porque nesse período o conservadorismo dominava a profissão. Assim, segundo Barbosa (2015) o profissional de serviço social procurava adequar o indivíduo à sociedade, colaborando para o controle social e hegemonia ideológica.

Na década de 1950, no Governo de Juscelino Kubitschek, houve uma ampliação da educação no meio rural, o que era necessário ao seu plano de governo, o desenvolvimentismo com reforma na educação, e com isso foi criado o serviço social rural, mais um campo que os assistentes sociais atuaram, junto às comunidades rurais no sentido de promover a harmonia da comunidade rural através da educação, lar e comunidade.

Nas décadas de 1950 e 1960 o país se encontrava mergulhado nas discussões acerca das Reformas de Base, em todos os âmbitos, na educação a maior bandeira era a erradicação do analfabetismo. No período da ditadura houve avanços na educação, embora tenham sido do ponto de vista quantitativo, eos assistentes sociais ainda permaneciam arraigados ao conservadorismo, intimamente alinhados a teoria positivista. Entretanto, nas décadas seguintes houve avanços significativos, como o achegamento a teoria marxista.

4.2 DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA RENOVAÇÃO DA PROFISSÃO E RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

Ainda no período ditatorial as discussões acerca das correntes teóricas que orientavam o serviço social ascendem e a aproximação com o marxismo se dá em meados de 1970, logo em seguida ocorre a ruptura com o conservadorismo e a adesão à teoria marxiana como orientadora para vislumbrar as diversas expressões da questão social, que se colocavam diante dos assistentes sociais nos mais diversos espaços ocupacionais, torna-se uma realidade, assim como também na educação. Entretanto, esse processo foi paulatino e a teoria crítica dialética de Marx foi ganhando cada vez mais espaço nas universidades, nos cursos de serviço social, embasando seu referencial teórico metodológico. Nesse modelo, segundo Piana (2009):

O referencial teórico-científico é o Materialismo Histórico e o referencial filosófico é a Lógica Dialética (ou a dialética materialista), que tem por objetivo estudar as relações que envolvem homem e sociedade, ou seja, a prática concreta, afirmando que, nesta interação, há uma constante transformação com crescimento quantitativo e qualitativo. O Materialismo Histórico Dialético situa a sociedade determinada historicamente e em constante transformação, dividida em classes distintas: a burguesia, como detentora do capital e de todo lucro, e a classe trabalhadora ou o proletariado que dispõe da força de trabalho vendida por um ínfimo salário, não garantindo condições dignas de sobrevivência. (PIANA, 2009, p.96)

É nesse alicerce que a partir dos anos 1980, os profissionais deserviço social começam a construir a ruptura com as correntes conservadoras que impregnavam a atuação dos assistentes sociais até essa década e traçam um novo perfil profissional paraintervirnos mais variados espaços ocupacionais, assim também na educação. Dessa forma,segundo Piana (2009), o exercício da profissão:

envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que tem direitos e os que não tem direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais. (PIANA, 2009, p.101)

A prática do profissional deserviço social na educação tem vários desafios postos que passa pela efetividade na universalização da educação, como na afirmação da educação como direito social, o acesso e permanência dos alunos na escola, ao direito da educação inclusiva, a garantia da qualidade da educação e o combate à evasão escolar. Para tanto, requer um conjunto de ações a serem empreendidas pelos profissionais na política de educação; abordagens individuais e junto às famílias, reconhecimento dos sujeitos coletivos frente aos processos de ampliação dos direitos sociais, em especial a educação pública e de qualidade, a compreensão das condições de vida e apreensão da realidade social, para além da aparência, a inserção nos espaços democráticos, e a socialização de informações no campo de direitos sociais e humanos, das políticas sociais, da sua rede de serviço e da legislação social.

Nesse contexto de desmonte dos direitos sociais que estamos atravessando no nosso país,há ainda mais pelejas a serem enfrentadas.No que diz respeito à política educacional, a luta precisa está alinhada com a resistência pela **Educação pública, laica e de qualidade**, com ênfase na educação básica. É preciso seguir na

defesa da educação e garantir não apenas o acesso, mas também a permanência dos alunos na escola, e isso só é possível com escola de qualidade e atrativa, profissionais bem remunerados, fardamento, material escolar, merenda escolar e a compreensão dos pais e /ou responsáveis sobre a importância que a educação tem na vida das crianças, e essa sensibilização é também uma das ações a serem realizadas pelo assistente social no âmbito das escolas.

É nesse entendimento de defesa da educação pública e de qualidade com ênfase na cidadania que deve trabalhar o assistente social nas escolas, com acompanhamento junto aos familiares dos educandos no quesito faltas, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no acesso a outras políticas públicas, no amparo às crianças ou adolescentes com deficiências seja física ou mental, que devem ter acesso à escola regular, conforme os Art. 58 e 59 da LDB, que dispõe sobre a Educação Especial, primando sempre no desvelamento da realidade, para além da aparência, posto que esse é um campo em que as mais variadas expressões da questão social se materializam e afetam o processo ensino-aprendizagem e o desempenho dos alunos na escola.

No ambiente escolar se manifesta as várias expressões da questão social: desemprego, violência doméstica, trabalho infantil e/ou juvenil, pobreza, desnutrição, moradia inadequada, uso de drogas, negligência quanto aos cuidados com as crianças e/ou adolescentes, desigualdade social dentre outras. Sob esse olhar, o assistente social precisa estar atento aos sinais que as crianças e/ou adolescentes apresentam para alguma dessas manifestações e procurar intervir, numa articulação entre família-escola-aluno, de forma propositiva com o intuito de resolução ou pelo menos atenuação da situação encontrada. É, portanto, com essa reflexão que se explica a inserção e importância do profissional de serviço social na educação, os desafios postos e as possibilidades de enfrentamento destes por todos os profissionais inseridos na educação e por esse profissional que possui um arcabouço teórico-metodológico capaz de desvendar o que está para além da aparência dos fenômenos.

4.3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO NOS DIAS ATUAIS: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB

4.3.1 A experiência de estágio

A experiência de estágio no curso de graduação é de extrema importância para o profissional em seu processo de formação e aprendizagem, ela nos mostra as várias possibilidades e desafios com os quais iremos nos deparar quando nos tornarmos aptos, além de revelar que “teoria e prática” caminham imbricadas.

A decisão pela área da educação se deu antes de iniciar o estágio, pois sempre tive proximidade com o campo. Quando os campos de estágio foram divulgados em sala de aula, entre outros, tinha a área da educação e de prontidão externei minha vontade de estagiar na educação. Assim, nossa experiência teve início em 11 de abril de 2016 e término dia 25 de maio de 2017 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rivanildo Sandro Arcoverde, no período da manhã e duas vezes por semana.

No início passamos pela fase denominada de observação, que serve dentre outras finalidades, para definirmos um objeto e propor um projeto de intervenção. Escolhemos trabalhar com a turma do 5º ano da manhã com o tema cidadania. A proposta consistiu em fazer algumas intervenções em sala de aula, sempre com a temática cidadania, e ao final promover um concurso de produção textual acerca da temática. Assim, elaboramos o projeto e compartilhamos com a gestora da escola, supervisora e a professora do 5º ano, após o projeto ser aprovado por todas, fomos para a prática.

A realização do projeto foi de fácil aprovação e de grande participação por parte do público alvo da sua primeira fase que foi de agosto de 2016 a dezembro de 2016. Algumas dificuldades foram surgindo no decorrer da implementação da proposta no tocante ao tempo, pois houve algumas paradas e mobilizações na educação no segundo semestre de 2016, o que interferiu na finalização, embora tenhamos concluído com êxito. Já na segunda etapa, que foi de fevereiro a maio de 2017, o inconveniente foi com relação ao público, posto que eram alunos com problemas de indisciplina, mas aos poucos foram se integrando e participando e conseguimos finalizar com a proposta do concurso de produção textual.

O principal objetivo do projeto de intervenção que executamos foi discutir com os alunos e seus pais e/ ou responsáveis a importância da educação/escola na construção da consciência cidadã e formação profissional, como também dar

visibilidade à contribuição do serviço social nessa construção através das atividades compartilhadas na vivência da profissional de serviço social da instituição.

4.3.2. A descrição das atividades

Em agosto de 2016 iniciamos as ações proposta no projeto de intervenção concomitantemente com as atividades de rotinas da assistente social.

No dia 17 de agosto de 2016 iniciamos a vivência escolar com um poema “Sobre a dor”, de Bráulio Bessa, e um material sobre “Direitos (1798-1948) – 3 gerações de direitos”. Lemos o texto com a turma e explicamos alguns pontos, houve a participação dos alunos com a leitura compartilhada.

No dia 26 de agosto de 2016, passamos o filme “Mãos Talentosa”, que conta a história de um médico cirurgião-pediatra estadunidense que ficou famoso por ser o primeiro médico a fazer a cirurgia de separação de gêmeos siameses. O filme mostra que na infância o referido médico era considerado um aluno de desempenho baixo, mas que superou suas dificuldades com ajuda e incentivo da sua mãe, uma mulher negra e separada que não sabia ler. Depois da exposição do filme, discutimos sobre a sua temática refletindo o quanto a educação fez a diferença na vida do personagem do filme.

No dia 08 de setembro de 2016, após uma visita domiciliar, em discussão com a outra estagiária e com assistente social da escola, percebemos que os alunos faltosos se afastam da escola e quando as professoras comunicam a ausência dos mesmos, já tinha se passado alguns dias. Então, tivemos a ideia de elaborar um plano de ação para intervir nesse sentido. Elaboramos um comunicado para estreitar, ainda mais, a relação da escola e família, distribuímos com todos os alunos para levarem para casa e depois trazerem respondidos com o nome do aluno e, pelo menos, dois telefones atualizados. Sendo assim, foi distribuído o comunicado. Posteriormente, eles foram trazendo e foi anexado nas fichas dos alunos. Então, nos dias de estágio, ficamos passando nas salas, perguntando as professoras o nome dos alunos faltosos e ligando para saber o motivo da falta, os pais ou responsáveis foram muito receptivos com as ligações.

A partir da segunda quinzena de setembro foram realizadas visitas de alguns técnicos na sala do 5º ano, cujas profissões foram eleitas pelos alunos, no sentido

de sensibilizar os educandos acerca da relevância da educação em suas camadas até a profissionalização deles.

Em 19 de setembro de 2016 recebemos a visita do Advogado Vital Nery que fez uma intervenção centrada na sua apresentação pessoal e narrou como foi o seu percurso até chegar à universidade e se formar. Houve muita interação com os alunos, inclusive teve alguns que disseram ser a primeira vez que estavam tendo contato com um advogado.



Figura 1: Visita do Advogado Vital Nery (19 de setembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 21 de setembro de 2016 recebemos a visita da Dra. Mariana (Médica do PSF do bairro de Bodocongó), que também fez colocações acerca da importância da educação, dedicação e foco. Contou sobre sua vida pessoal e como foi seu percurso para ingressar na universidade.



Figura 2: Visita de Dra. Mariana, médica do PSF de Bodocongó (21 de setembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

Em 26 de setembro de 2016 foi a visita do 1º Tenente Floristan da Polícia Militar da Paraíba e comandante do município de Esperança e mais cinco cidades circunvizinhas. Ele fez uma apresentação pessoal e profissional, como também passou um vídeo institucional da Polícia Militar, falou da presença das mulheres na corporação, a importância da educação e da família, e também deixou algumas frases para reflexão, a exemplo: “sua mãe pode lhe dar mil reais e você gasta em um dia, mas se você tiver mil conhecimentos não gastará na sua vida toda”, “você acha uma professora chata até ter um chefe”. Houve muita interação, pois policial foi a profissão mais citada pelos alunos.



Figura 3: Visita do 1º Tenente da PM Floristan (26 de setembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 19 de outubro de 2016 recebemos a visita da Professora Ana Lúcia que veio para fortalecer a ideia de que a educação é o único caminho para se profissionalizar e mudar a realidade de vida.



Figura 4: Visita da Professora Ana Lúcia (19 de outubro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 26 de outubro de 2016 recebemos a visita da Engenheira Civil Alaine, que trouxe uma grande contribuição falando acerca da importância do ensino fundamental.



Figura 5: Visita da Engenheira Civil Alaine (26 de outubro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 04 de novembro de 2016 fomos a uma visita na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Emília com os alunos do 5º ano para uma manhã de convivência, posto que a maioria deles irão estudar nesta escola.



Figura 6: Visita à Escola Estadual Maria Emília (04 de novembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 09 de novembro de 2016 lançamos o Concurso de Produção Textual, passamos um vídeo da PEC 241 e, também, sobre o Movimento Ocupa Paraná com a estudante Júlia, que calou a Assembleia Legislativa do Paraná, ao final apresentamos a música Cidadão para fazer uma reflexão.

No dia 14 de dezembro de 2016 foi a divulgação do resultado do concurso, entrega da premiação aos três primeiros lugares, e encerramento do ano letivo. O recesso natalino e férias ocorreram entre os dias 14 de dezembro de 2016 a 15 de fevereiro de 2017.



Figura 7: Divulgação do Concurso de Produção Textual (14 de dezembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 8: Divulgação do Concurso de Produção Textual (14 de dezembro de 2016)
Fonte: Arquivo pessoal

No dia 15 de fevereiro de 2017 retornamos ao estágio e já fomos conversando com a professora Ana Kelly do 5º ano para darmos continuidade a segunda etapa do projeto de intervenção com a turma. Planejamos as datas para as intervenções em sala de aula, para as inscrições do concurso, entrega dos textos e culminância do projeto.

O primeiro encontro com a turma foi no dia 23 de fevereiro de 2017, quando conversamos com a turma, fizemos a apresentação pessoal e do projeto e a leitura do poema de Dominginhos e Nando Cordel. A turma foi bem receptiva.

No segundo encontro, ocorrido no dia 02 de março de 2017, foi lido o poema de Bráulio Bessa sobre “a vida” e distribuição do material sobre “Direitos Humanos” com leitura coletiva e reflexão do tema.

Em 16 de março de 2017, foi compartilhado em sala de aula o poema de Jessier Quirino “Paisagem do interior” e material relacionado aos Direitos de 1ª, 2ª e 3ª geração. Deixamos um poema sobre “Deus” do poeta Amaro do Estado de Pernambuco, como atividade de leitura para casa e posterior discussão em sala.

No dia 22 de março de 2017, assistimos o curta metragem “Vida Maria” que traz uma reflexão sobre a importância da educação e também discutimos sobre o poema “Deus”, que tinha sido levado para casa como indicação de leitura.

No dia 30 de março de 2017 passamos o filme “Mãos Talentosas”, que também traz uma reflexão sobre a importância da educação na vida de uma pessoa, e um vídeo sobre a Reforma da Previdência com Wagner Moura, e sugerimos montar um mural com as idades que os profissionais da escola irão se aposentar se a reforma for aprovada.

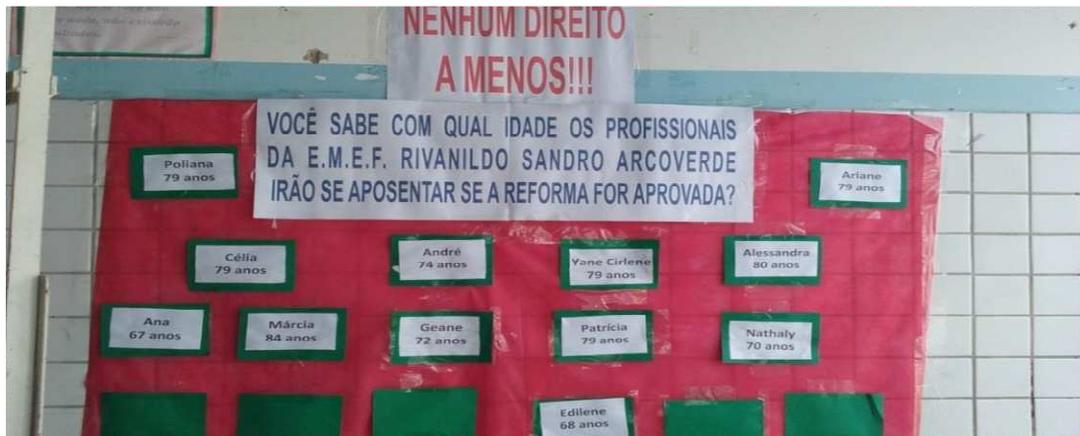


Figura 9: Mural com as idades que os profissionais da escola irão se aposentar se a Reforma da Previdência for aprovada (30 de março de 2017)

Fonte: Arquivo pessoal

No dia 06 de abril de 2017 tivemos mais um momento em sala de aula, em que foi compartilhado um texto sobre Cidadania e lido um poema de Bráulio Bessa sobre “Mãe”. Nesse dia foi lançado o Concurso de Produção Textual.

Em 03 de maio de 2017 foi a culminância do projeto com a divulgação do resultado do Concurso de Produção Textual e entrega da premiação aos alunos vencedores, embora todas as crianças receberam medalhas de participação.



Figura 10: culminância do projeto com a divulgação do resultado do Concurso de Produção Textual (03 de maio de 2017)

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 11: culminância do projeto com a divulgação do resultado do Concurso de Produção Textual (03 de maio de 2017)
Fonte: Arquivo pessoal

Antes de finalizar nosso estágio propomos elaborar um abaixo-assinado para ser entregue ao prefeito solicitando a construção de uma quadra esportiva na escola, posto que a mesma possui espaço para isso, entretanto não tem essa estrutura. O referido dispositivo foi produzido com envolvimento da comunidade escolar e dos pais e/ou responsáveis contando com mais de duzentas assinaturas, cuja resposta dada pela atual secretaria de educação foi negativa, afirmando que no momento a Secretaria de Educação não disponibilizava de recurso para idealização do projeto da quadra.

Simultaneamente a essas atividades descritas, participamos da rotina da assistente social e da escola, sempre contribuindo de forma positiva. Foram feitas várias visitas domiciliares no sentido de compreender e analisar a realidade social dos alunos e fazer os devidos encaminhamentos a fim de promover a acessibilidade, os direitos e/ou benefícios. O grande desafio, além de conseguir os devidos encaminhamentos, foi, também, convencer aquelas famílias a fazer uso dos benefícios e direitos.

Outras atividades desenvolvidas durante o período do estágio foram as festividades da escola: São João, Festa das Crianças, Dia dos Professores, Festa

Natalina e Dia das Mães, nas quais participamos contribuindo na organização dos eventos.



Figura 12: Comemoração de São João na escola
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 13: Comemoração do Dia das Crianças na escola
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 14: Comemoração do Natal na escola
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 15: Comemoração do Natal na escola
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 16: Comemoração do Natal na escola
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 17: Comemoração do Dia das Mães
Fonte: Arquivo pessoal

As reuniões de pais e mestres também foram atividades, nas quais contribuimos com intervenções no sentido de mostrar que a educação é um direito assegurado nas várias legislações: Constituição Federal, LDB, ECA e algumas leis específicas.



Figura 18: Reunião de Pais e Mestres
Fonte: Arquivo pessoal

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço da escola nos deparamos todos os dias com as várias expressões da questão social que atingem os alunos de diversas maneiras, as quais vimos que são os principais causadores do desinteresse, infrequência, indisciplina, baixo desempenho e evasão, sendo esses os maiores desafios para o profissional em serviço social nessa área. Assim, percebemos que a ausência de interesse pela escola, por parte dos alunos, é reflexo das várias expressões da questão social que respondem duramente na vida escolar de crianças e adolescentes.

Na execução das atividades do projeto, foi possível perceber que os alunos, pais e responsáveis não conseguem vislumbrar na educação um caminho de mobilidade social e de conhecimento de seus direitos sociais, posto que para que o ser humano possa se sentir um cidadão, é necessário que suas primeiras necessidades, como saúde, educação, moradia e emprego, sejam garantidas pelo Estado. Dessa forma, vimos que a cidadania só é experimentada quando o cidadão está bem alimentado, empregado, morando com dignidade e com os direitos sociais garantidos e sendo cumpridos. Como estamos num período de desmontes desses direitos, é preciso que todos os profissionais, entre eles os assistentes sociais, inseridos na educação resistam e insistam na sensibilização desse tema com alunos e responsáveis, posto que os assistentes sociais são extremamente importantes para esse trabalho, uma vez que estão em contato com os alunos e sua família dentro do contexto escolar.

A experiência adquirida no período denominado estágio obrigatório, que teve duração de 1 (Um) ano e 1 (Um) mês, nos proporcionou a certeza da escolha certa pela profissão, essa carreira tão desafiadora, que ora só tínhamos conhecimento apenas no mundo acadêmico e essa prática pedagógica nos trouxe essa vivência tão rica e real. Constatamos que não podemos jamais separar o conhecimento adquirido nos muros da academia da vivência profissional, pois sem ele seríamos incapazes de desvelar as várias análises que temos necessidades de fazer.

As dificuldades enfrentadas na execução da experiência do estágio foram diversas, a começar pela falta de estrutura no local de trabalho, a objeção do trabalho em equipe, os obstáculos encontrados nos encaminhamentos para os usuários e a resistência dos usuários de se apropriarem dos seus direitos/benefícios.

Entretanto, nenhum obstáculo foi motivo para desistir, porque desafios é o que não faltam a nossa profissão.

A qualidade da educação é de extrema importância na vida humana e é por isso que ela é tão atacada pelo neoliberalismo com desmontes nos seus orçamentos e ataques ideológicos. Para se alcançar um país livre com cidadãos conscientes é essencial uma educação pública, laica e de qualidade para que todos tenham acesso, ou seja, um modelo educacional que liberte o ser humano incentive-o a pensar e refletir sem receitas prontas. Segundo afirma Demmo (2000) sobre a qualidade da educação:

Consiste numa escola voltada para a cidadania, onde assume o compromisso de gerar nos alunos o saber pensar e o aprender a aprender de teor político. Orienta-se, no sentido pedagógico, para formação do sujeito crítico e criativo, capaz de história própria [...] A qualidade da educação depende da qualidade dos professores e do desempenho dos alunos. (DEMMO, Apud PIANA, 2009, p. 158)

No sentido de mostrar a relevância da educação na vida dos homens e a importância da inserção do assistente social nessa dimensão da vida humana, foi proposto esse trabalho de conclusão de curso, que nasceu da experiência de estágio bem como da passagem pela academia por cinco anos.

O desenvolvimento do presente trabalho não teve a intenção de finalizar a discussão acerca da educação e da inserção dos assistentes sociais nessa política pública, pois realizamos uma análise da política educacional nacional com suas evoluções e seus recuos durante a trajetória de implantação até a contemporaneidade, e a observação da educação a nível local, sua implementação e um retrato da atualidade. Outra questão trabalhada no presente trabalho foi o surgimento do serviço social no Brasil, o caminho percorrido pela profissão, desde a aproximação com os dogmas da Igreja Católica, passando pelo positivismo, renovação e achegamento à tradição marxiana, o que possibilitou um novo perfil a este profissional com viés mais crítico e propositivo.

Em seguida, visualizamos a importância da inserção dos assistentes sociais no âmbito da educação. Conjuntamente, trouxemos a socialização de experiência de estágio, num período de abril de 2016 à maio de 2017, fato esse que despertou para elaboração deste trabalho. A relevância do tema Educação e Serviço Social se fez a partir de questionamentos acerca da importância que a educação tem para o

despertamento das pessoas em relação a cidadania, e de como o assistente social pode contribuir para essa sensibilização.

Enfim, abstraímos que a importância da inserção do assistente social na educação se faz pelo fato da competência e do arcabouço teórico que este profissional adquire na academia e que é capaz de desmistificar aquilo que está para além da aparência dos fatos do cotidiano da vida escolar. Para tanto, é preciso que esteja alinhado às três dimensões pertinentes a profissão: a dimensão técnica-operativa, ética-política e teórica-metodológica. É essencial que o assistente social em conjunto com os mais diversos profissionais da educação esteja preparado para atuar e lutar de forma crítica e insistente por políticas públicas universais e não focalizadas, posto que essa última limita os direitos dos cidadãos dificultando o seu trabalho. Portanto, a articulação entre as políticas públicas é de extrema relevância para o desempenho do profissional em serviço social no âmbito da educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio ocupacionais.** Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, em Belo Horizonte. Mimeo, 2007.

_____, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional:** um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Texto elaborado para I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, realizado em março de 2003, em Belo Horizonte.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira.** Campinas, Papel Social, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 9. Ed. São Paulo, Cortez, 2011

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 49ª reimpr. 1. Ed. São Paulo, Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Constituição Federal de 1934.**

BRASIL, **Constituição Federal de 1937.**

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos que Brasil Queremos?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPINA GRANDE, **Semanário Oficial N° 2.420,** Campina Grande, 22 a 26 de junho de 2015.

_____, **Lei Complementar nº036 de 08 de abril de 2008,** que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Campina grande-PB.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais:** os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CFESS, **Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de assistente social.

_____, **Resolução nº 273 de 13 de março de 1993.** Institui o Código de Ética do (da) Assistente Social e dá outras providências.

_____, **Serviço Social na Educação.** Grupo de Estudos Sobre Serviço Social na educação. Carla Rosane Bressan (coord.). Brasília-DF, 2001.

_____, **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Grupo de trabalho do conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. Ney Luiz Teixeira de Almeida (org.)

DEMO, Pedro. **Participação É Conquista.** 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2009

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12. Ed. Campinas-SP, Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ. LPP, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** Ed, 24, São Paulo, Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Ed, 35, São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Governo Lula – neoliberalismo requeitado e requintado. Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira.** Universidade e Sociedade (Brasília), Brasília, v. 32, p. 59-68, 2004.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2007. In, SILVA, Marcela Mary José da. (org.). **Serviço social na educação: teoria e prática.** 2.ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

_____, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social.** Brasília, CEAD, 1999.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo, Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1986.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acessado em 16 de setembro de 2017

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm acessado em 16 de setembro de 2017

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm acessado em 20 de setembro de 17

<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/144779190/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras> acessado em 16 de setembro de 17

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm acessado em 04 de outubro de 2017

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf acessado em 04 de outubro de 17

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1494234 acessado em 04 de outubro de 2017

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm acessado em 26 de outubro de 2017

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm acessado em 26 de outubro de 2017

<https://campinagrande.pb.gov.br/governo/o-municipio/> acessado em 31 de outubro de 2017

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34128> acessado em 17 de dezembro de 2017